

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ITUIUTABA/MG – 1906-1967: ESTRATÉGIAS, ADAPTAÇÕES E PLANEJAMENTO URBANO

Maria Angélica da Costa Silva

PET-História – UFU/FACIP

mariaangelicadacosta@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho visa apresentar os resultados parciais de uma pesquisa, que tratando do abastecimento de água na cidade de Ituiutaba/MG, busca empreender um quadro geral do processo de urbanização e modernização da cidade no período entre 1906 e 1967, este último, o ano de fundação da autarquia municipal denominada Superintendência de Água e Esgotos – SAE. A instalação desta autarquia se mostra como um fato histórico importante na cidade, na medida em que o problema de abastecimento de água em Ituiutaba se mostrava em vias de resolução. Antes da fundação da autarquia municipal, o abastecimento de água era feito precariamente a partir de ações da comunidade se esforçando por distribuir água a algumas residências e bairros da cidade, a partir de minas d'água, do represamento de água do Ribeirão São Lourenço para distribuição via canalização e da perfuração de inúmeros poços artesianos. Além disso, mesmo sem as devidas instalações de rede distribuidora de água e coleta de esgotos, houve uma preocupação por parte dos gestores municipais de se instalarem redes de coleta pluvial, de esgotos e de distribuição de água, na medida em que as áreas residenciais e centrais eram pavimentadas, garantindo, no futuro, a implantação de um sistema definitivo de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos. Dessa forma, o processo de modernização e urbanização de Ituiutaba foi projetado visando melhorias futuras e o crescimento ordenado do espaço urbano, visando sustentar uma possível expansão territorial mantendo o mínimo de qualidade de vida à população. Observar esse processo possibilita também identificar os percalços pelos quais a cidade passou durante o processo, revelando a precariedade do mesmo por falta de subsídios mínimos para a manutenção do saneamento urbano, do fornecimento de um elemento básico para as atividades humanas, bem como as estratégias e soluções encontradas pela população e que funcionaram até a segunda metade do século XX.

Palavras-Chave: urbanização; abastecimento de água; Ituiutaba; modernização

Introdução:

A década de 1950 é um período da história de Ituiutaba referenciado com saudosismo pela memória local. O mesmo é considerado um momento áureo do município, devido ao resultado da cultura agrícola local e das cidades vizinhas que convergiam sua produção para ser beneficiada na cidade e ser vendida a outros estados. Nesse momento, a maior parte da produção local era voltada à rizicultura, sendo também produzidos gêneros de subsistência,

que tinham seus excedentes comercializados¹. Esse período também foi importante para a cidade de Ituiutaba, devido às transformações urbanas estruturais pelas quais ela passou, originando sua organização atual. Essas obras foram a pavimentação de ruas, o estabelecimento do primeiro Código de Posturas Municipal – em 1955 – a instalação de uma rede de coleta de esgotos e da rede de abastecimento de água, e posteriormente, iniciariam o processo de tratamento de água na cidade, a partir da década de 1970.

As mudanças na estruturação urbana foram as responsáveis pela oferta de uma composição física adequada para a expansão do território urbano, pela manutenção da saúde pública, para um melhor gerenciamento territorial, distribuindo a população e oferecendo a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do potencial econômico do município.

Nesse processo, o que mais se destaca é a preocupação com a oferta de água e o cuidado tomado com a distribuição da rede e da coleta de esgotos, como um fator estrutural do projeto modernizador da cidade, visando manter a saúde pública, a organização e a eficiência do sistema urbano. Assim, este trabalho visa traçar um percurso da consolidação do sistema de abastecimento de água, um dos fatores primordiais do processo de modernização do município, nas décadas de 1950 e 1960, juntamente com seus impactos na sociedade tijucana. Até a implantação do mesmo, foram adotadas algumas estratégias pela própria comunidade visando fornecer água potável para o consumo humano e para as necessidades domésticas e do trato com os animais. Este perdurou por décadas, com regos d'água, minas, lagos artificiais, até que se conseguiram fornecer água potável e encanada para uma parcela da população, em meados do século XX.

O processo de abastecimento de água de 1910 a 1973

No dia 21 de agosto de 1910, quando Ituiutaba ainda era denominada Villa Platina, ocorreu a cerimônia de instalação “do abastecimento de água potável” na cidade². Além do prefeito Fernando Alexandre Vilela e vereadores, compareceram inúmeras pessoas da comunidade platinense, inclusive o Padre Ângelo Tardio Bruno que abençoou a obra, ao som da banda municipal Lyra Congressista. De acordo com o documento, a inauguração ocorreu

¹ OLIVEIRA, B. S. *Ituiutaba (MG) na rede urbana tijucana: (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000*. Dissertação de mestrado – UFU – Uberlândia, 2003; YOKOMIZO, C. *Produtores, atacadistas e a comercialização do arroz e milho no município de Ituiutaba*. Triângulo, Minas Gerais, 1965 e 1966. Tese (pós-graduação) Universidade Rural do estado de Minas Gerais. Viçosa, Minas Gerais, 1967.

²Ata N° 2 – 12/08/1910 a 19/06/1918. “Ata do abastecimento de água potável em Villa Platina” p. 1. 21/08/1910.

local onde se achava a caixa do referido abastecimento, na Rua União, hoje Rua 24, no local onde se situa a Praça Getúlio Vargas³.

Para se chegar a estabelecer um tanque de abastecimento de água, ocorreram discussões no Legislativo municipal visando a solução do problema a partir do ano de 1906, quando a Câmara de vereadores cogitou a construção de um açude para o fornecimento de água potável⁴. A possível obra de canalização foi calculada em setenta Contos de Reis pela equipe dos engenheiros Victório Alessandri e Nicodemos de Macedo⁵, preferindo o legislativo a proposta do padre Ângelo Tardio Bruno, avaliada em 25 contos de reis, devido à falta de verba no município para optar pela primeira proposta⁶.

Ainda assim não havia verba suficiente nos cofres da municipalidade, sendo a quantia necessária emprestada por um empresário uberabense⁷. Posteriormente fizeram outro empréstimo com o governo do estado de Minas, no valor de cento e cinquenta Contos de Reis, visando quitar as dívidas do município contraídas para o abastecimento de água, bem como as demais dívidas e investimentos na continuidade da obra e outras necessidades, como a coleta de esgotos e o fornecimento de energia elétrica⁸.

Até aquele momento o abastecimento de água existente provinha de um arranjo dos próprios moradores da vila, datado do final do século XIX, e funcionava a partir de uma mina d'água, próxima ao córrego “Da Represa” – início do Córrego Pirapitinga, este ainda sem urbanização e residências em suas proximidades. Os moradores do perímetro urbano da cidade – pequeno aglomerado de residências de quintais extensos, próximos ao largo da igreja matriz – arranjaram uma espécie de rego d'água, e um sistema de distribuição da mesma pelas residências da parte central. O “rego” era delineado de acordo com o nivelamento mais conveniente, fazendo com que ele passasse pela margem direita do córrego Pirapitinga, seguindo pela Rua Sírío Libanesa, em seguida pela Rua 16, a partir desta pelos quintais das casas até a Rua 18, esquina com a Avenida 17, onde se encontrava um brejo. De lá,

³PAIVA, Hélio Benício de. “Antigas soluções tijucanas para o abastecimento de água”. O Centenário. Fundação Cultural de Ituiutaba. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Ed: Gráfica EGIL, 2001, pp 25-32.

⁴Ata Nº 1 – 25/12/1901 a 17/06/1910. Reuniões Ordinárias de 11/6/1906 e 12/6/1906, p.75.

⁵Nas atas lavraram-se apenas o nome do Sr. Victório Alessandri, entretanto, o Dr. Hélio Benício acrescenta o nome do engenheiro Nicodemos de Macedo e a presença de outras pessoas na comissão avaliadora.

⁶Ata Nº 1 – 25/12/1901 a 17/06/1910. Reunião Ordinária de 6/8/1907, p.91.

⁷PAIVA, Hélio Benício de. “Antigas soluções tijucanas para o abastecimento de água”. O Centenário. Fundação Cultural de Ituiutaba. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Ed: Gráfica EGIL, 2001, p.30.

⁸Ata Nº 2 – 12/08/1910 a 19/06/1918. Reunião Ordinária de 5/12/1918, p. 9.

estabelecia-se um ângulo reto, possivelmente em direção à hoje Rua 20, até a Avenida 5. Cada residência possuía um registro de madeira com um furo de meia polegada escoando água para o quintal da residência. Algumas casas possuíam mais de um registro⁹.

A água do rego não era potável, destinada apenas para os serviços domésticos. A que era destinada ao consumo da população provinha de fontes ou minas e dos córregos São José, ou córrego “Sujo,” e do Córrego Pirapitinga. Havia uma mina d’água na esquina da atual Rua 18 com a Avenida 15. E outras na denominada Rua 20, entre as avenidas 19 e 21¹⁰. Outro recurso utilizado naquele período eram as “cisternas” perfuradas nos quintais das residências, naquele mesmo perímetro compreendido pelas ruas 14, 16 e 18¹¹.

Esse sistema funcionou até a inauguração da obra citada, em 1910. Posteriormente a prefeitura construiu uma barragem no Córrego Pirapitinga. A água ali represada era destinada ao reservatório de distribuição. Localizado na Avenida Minas Gerais próximo à Rua 22, local ainda sem urbanização.¹² A água era bombeada por sucção até uma caixa de areia, e seguia para o reservatório de onde era distribuída pelo sistema gravitacional até as residências, que não eram abastecidas ainda, entre 1910 e 1950, já que o número de residências havia aumentado desde o início do século.

Entre 1951 e 1955 foram perfurados 31 poços aproveitando-se 12 para o abastecimento da cidade e 3 cedidos ao Ituiutaba Clube. Este, um clube de lazer e esportes particular. A água dos poços também era bombeada para o reservatório de distribuição citado anteriormente, e fornecida apenas à pequena parcela da população, localizada na parte central do município. Neste período, já se dejetavam os esgotos no Córrego Pirapitinga e Córrego Sujo, sem o tratamento adequado¹³.

O levantamento feito pela prefeitura, possivelmente na década de 1950, para a implantação do sistema de abastecimento e tratamento de água, verificou a qualidade das águas que serviam a população e qual a melhor forma para se atender a cidade, ampliando o sistema de água, existente. Optou-se pela captação das águas do Ribeirão São Lourenço, devido à nascente situar-se em uma área elevada da cidade, facilitando a distribuição por

⁹ PAIVA, Hélio Benício de. “Antigas soluções tijucanas para o abastecimento de água”. O Centenário. Fundação Cultural de Ituiutaba. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Ed: Gráfica EGIL, 2001, Dr. Hélio Benício, pp. 26-27.

¹⁰ Idem, p.27.

¹¹ Ibidem p. 27.

¹² Relatório de estudos preliminares apresentado à prefeitura de Ituiutaba, para implantação do sistema de abastecimento e tratamento de água. Data aproximada: 1955/56. P. 9.

¹³ Relatório de estudos preliminares apresentado à prefeitura de Ituiutaba, para implantação do sistema de abastecimento e tratamento de água. Data aproximada: 1955/56. P. 9.

gravidade, e pelas características físico-químicas da água. Além disso, os reservatórios situados em avenidas principais seriam desativados, dando lugar a reservatórios construídos na estação de tratamento de água¹⁴.

A captação do Ribeirão São Lourenço já ocorria desde as primeiras décadas do Século XX, quando inauguraram a instalação do abastecimento de água da cidade, em 1910, e esta era distribuída a partir do reservatório situado na Rua 26. Entretanto, essa nascente, situada no Parque do Goiabal tinha sua água represada em um tanque e de lá canalizada para a caixa distribuidora da cidade. A água não recebia qualquer tratamento antes de ser distribuída à população, funcionando apenas como uma medida paliativa da situação que perdurou até os anos finais da década de 1960, quando a estação de tratamento de água foi construída.

A implantação do sistema de tratamento de água e a extensão do fornecimento da mesma para uma parcela maior da população, que há muito apresentava essa demanda aos órgãos públicos e meios de comunicação ocorreu através do financiamento de um órgão internacional, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – no final dos anos 1960. O Empréstimo concedido por esta instituição foi intermediado pelo FSESP – Fundação Serviço da Saúde Pública – órgão Federal, que se encarregou da fiscalização da obra no município. Para conceder o Empréstimo, o Banco Mundial exigia que o Banco do Brasil se responsabilizasse pela dívida. Este, por sua vez, solicitava ao município contemplado um endosso de órgão Federal, que neste caso foi o FSESP, sob a condição de instalação de uma autarquia municipal, neste caso a SAE – Superintendência de Água e Esgotos, que seria encarregada do pagamento do empréstimo e estaria sujeita à Prefeitura de Ituiutaba¹⁵.

A obra consistia na construção de uma rede adutora, de aproximadamente 4 km, entre a estação de captação, no Ribeirão São Lourenço e a estação de Tratamento, a ser construída, a instalação de bombas impulsoras e a construção de parte da rede, já que se utilizariam as disposições já existentes na cidade, em conformidade com o sistema projetado.

Para o andamento dos trâmites burocráticos, a fundação da autarquia municipal ocorreu no ano de 1967, iniciando o convênio com o FSESP em 1969, permanecendo atrelada

¹⁴ Idem. p. 9-12.

¹⁵ Ituiutaba em revista. Ano 2, n. 2. 16 de setembro de 1969. Edição Comemorativa do 68º aniversário de Ituiutaba. Não há órgão editor responsável.

ao órgão por mais trinta anos e sendo gerida por ele. A estação de tratamento foi inaugurada em 1973¹⁶.

A instalação da autarquia municipal encarregada do tratamento e do abastecimento de água na cidade é um acontecimento importante do processo de modernização de Ituiutaba – iniciado na década de 1950 – resolvendo uma questão cara aos seus habitantes e à administração da cidade, já que a maior parte da população não possuía acesso à água tratada, ou mesmo à rede de distribuição. Aos poucos foram estendendo as redes aos demais bairros, sobretudo os mais afastados da cidade, atendendo às demandas sociais e também comerciais, com a cobrança dos serviços, já que a dívida contraída para tal obra seria paga com os lucros da empresa.

A modernização e as obras urbanas

Buscando os indícios do início do processo de modernização de Ituiutaba, recorrem-se a recenseamentos, aos documentos oficiais do Legislativo Municipal e da Prefeitura. Há algumas possibilidades, como o primeiro Zoneamento Urbano empreendido pela administração municipal, a soma da população urbana no ano de 1950, o início das obras de estruturação da área central, de acordo com as atas de 1955, e o estabelecimento do primeiro Código de Posturas Municipal, em 1955.

O zoneamento urbano delimitava a área central como um perímetro de aproximadamente 24 quadras, na atual configuração espacial da cidade, sendo este o local de início das principais obras urbanas iniciadas naquela década. Esse perímetro iniciava:

[...] esquina da avenida “5” com a rua “16”, seguindo por esta até a avenida “17”; segue por esta, à direita, até a rua “14”; seguindo por esta até alcançar a avenida “23”; segue, por esta, até a rua “30”, seguindo, por esta, até o “Córrego sujo”, por este, abaixo até a avenida “5”, e finalmente, por esta última até a rua “16”, esquina da avenida “5”, onde teve começo. (Lei Nº 312 de 18 de março de 1955. Art. 2º).

Assim, o que se considerava o centro da cidade se encontrava entre as Avenidas “7” e “19” e as Ruas “18” e “26”. A área suburbana e as adjacentes estavam delimitadas em:

Art. 3º: A zona suburbana inclui toda a área de terrenos loteados, de propriedade do município, constante do plano diretor da cidade, entre as vilas “Progresso” (área à margem direita do córrego “Sujo”, loteada pelo plano diretor), “Platina”, “Independência”, “Tupã”, “Novo Horizonte”, “Santa Maria”, “Marta Helena”, “Guimarães”, “Hélio”, “Maria Vilela”, “Santo Antônio”, “Bela Vista” e “Alcides

¹⁶Ituiutaba Em Revista. Ano 2, n. 2. 16 de setembro de 1969. Edição Comemorativa do 68º aniversário de Ituiutaba. Não há órgão editor responsável.

<http://www.saeituiutaba.com.br/?sec=sae&pg=historico>. Acesso em 22/6/2013. 00:25h.

Junqueira”, (de acordo com os planos aprovados pela municipalidade) e a vila “Novo Mundo”.

Art. 4º: A zona adjacente compreende todos os demais terrenos do patrimônio municipal, destinados ao arrendamento para fins agrícolas, situados no Capão da Lagôa. (Lei Nº 312 de 18 de março de 1955).

O calçamento as construções de redes pluviais ocorreram primeiramente no perímetro urbano, a custas de aberturas de crédito, ou em outras vezes, somente se determinava que calçassem as ruas e construíssem meios-fios, sem que houvesse verba suficiente. Na Lei Nº 316 de 17 de maio de 1955, que modifica as leis Nº 288 e 294 de 26 e 29 de novembro de 1954, “determina-se que se executem os serviços de esgoto que não foram feitos quando promulgaram as primeiras leis”, definindo que efetuassem serviços de esgotos sanitários e pluviais na Rua 20, entre as Avenidas 19 e 21; na Avenida 19 entre as Ruas 20 e 18; na Rua 18 entre as Avenidas 9 e 15, nas Avenidas 15 e 17, entre Ruas 18 e 16 e na Rua 16 entre as Avenidas 15 e 17.¹⁷

É a partir do polo de gestão que a cidade expande, a partir de onde se encontram os órgãos de poder, de fomento econômico, de fruição, e para onde estão voltados os olhos dos administradores dela, seja por uma questão de racionalidade administrativa, seja pela valorização monetária do espaço. Para Fábio Alexandre dos Santos, esse processo de urbanização calcado nos desejos de salubridade, moralidade e modernização, acarretam em um modelo de “urbanização privada”, ou seja, ela fica a cargo dos interesses de determinadas empresas - que são encarregadas de executar as melhorias urbanas devido à municipalidade não possuir numerário suficiente para a execução das obras – onde o que é desapropriado, posteriormente é valorizado comercialmente e auferir lucros altíssimos aos empresários¹⁸. No caso de Ituiutaba, as primeiras obras buscaram atender às demandas de uma pequena parcela da população, mais abastada, proprietária de terrenos e imóveis na parte central, e, muitas vezes, partiu dessas próprias pessoas a iniciativa de resolução de algumas demandas, que acabaram tomando maiores proporções com a ação da prefeitura. No caso, as obras de pavimentação urbana e de instalação de redes de água.

¹⁷ O artigo 3º da mesma Lei indica o calçamento, construção de meio-fios no perímetro entre as Ruas 18 e 26, entre as Avenidas 15 e 19, nos trechos que ainda não foram executadas as obras. A Lei Nº333, de 21 de novembro de 1955, autoriza a execução dos serviços de água e esgotos sanitários e pluviais, na Rua 18, entre avenidas 19 e 21; Rua 28 entre a Av. 7 e Av. 15; nas Avenidas 9 até Avenida 15 entre as Ruas 26 e 28.

¹⁸ SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas. Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 166.

Observando a documentação do início da década de 1910, quando instalaram o primeiro abastecimento de água na cidade, nota-se a convergência entre tais obras, no que tange à localização do perímetro urbano e central, delimitado em meados do século XX. Logicamente considera-se que foi a partir do núcleo habitacional próximo ao largo da igreja matriz que se expandiu o restante da cidade, no entanto, é justamente nesse mesmo setor em que ocorrem as primeiras obras, e é o mesmo local onde se aglomeram as residências das famílias mais abastadas do povoado. Na narrativa empreendida pelo memorialista Hélio Benício de Paiva, há a descrição, dos caminhos que o rego d'água percorria desde o córrego "Pirapitinga", passando pelos vastos quintais de alguns moradores da cidade. Os demais cidadãos teriam que buscar água em minas e poços quando não os tinham perfurados em suas propriedades:

Segundo depoimento oral de Augusto Martins de Andrade, por mim colhido, o rego d'água começava do lado da vertente do "Pirapitinga", com aproveitamento total, pouco abaixo da futura barragem, na antiga chácara do "Guató", onde havia um belo buritizal, hoje Córrego do Baduy. Margeava o Córrego até a Rua Sírio-Libaneza, descendo até a antiga ponte do "Pirapitinga" na chácara da Donária, saída para Santa Vitória na época. Dalí, serpenteava pela Rua Bela Vista (rua 16), isto é, pelos terrenos da velha residência dos irmãos Jacob, por cima, passando por chão vago (naqueles idos, tudo era campo, sem quintais até a rua 16). Atravessava a hoje Rua 16, pelos quintais das casas e corria pela atual Rua 18, e fazia um esquadro, e passava pelos quintais das casas da Rua do Cotovelo (lado direito de quem desce) e prolongava-se até chegar onde hoje é o primeiro prédio do Hospital "São José". (PAIVA, Hélio Benício de, 2001. p. 26).

Os caminhos percorridos pelo riacho artificial de abastecimento de penas d'água, na cidade ainda sem o devido traçado urbano, feito posteriormente, já aponta para o gênese do perímetro central da cidade e das principais ruas e avenidas do mesmo: Avenida 17 A – hoje Av. Sírio Libaneza - Rua 16 e 18, Avenida 17 e Rua 20. O perímetro urbano delimitado no Plano Diretor de 1955 consistia entre as ruas desde a Avenida 5 até a Avenida 17, e das ruas 16 até a Rua 30. Essas Ruas e avenidas, paralelas, de acordo com o traçado radial da cidade, abrangem os terrenos iniciais daquelas propriedades, e o local de onde partiram as primeiras obras.

Poderia imaginar-se que a população no início da década de 1920 fosse pequena, e que o povoado, não contasse com muitos habitantes que não aqueles que ali estavam servidos pela pena d'água, mas os demais recursos de abastecimento da mesma, espalhados por outras partes da cidade revelam que havia um grande contingente servindo-se de fontes e minas, além do fato de a água que corria pelo rego artificial não ser potável:

Na real verdade, os arraialenses reconheciam que a água não era pura e só servia para limpeza de casa e algumas outras utilidades. A de beber buscavam nas minas das

margens do “Pirapitinga” (Av. 11), ou nas proximidades do córrego “Sujo”, vizinhanças do primeiro Matadouro Municipal, ou, então, nas minas de João Gomes Pinheiro e de Neco Vilela. Melhor explicando: na atual Rua 18 esquina com Avenida 15, manava um olho d’água captado por João Gomes Pinheiro que muito se utilizava a população. Tanto assim que, com o aumento da freguesia, Já mais ou menos em 1890, João Gomes prolongou e adutorou com bambu o veio até a rua, para a serventia popular, sem entrada no seu quintal. (PAIVA, Hélio Benício de, pp.27-28.)

Havia outras fontes como a que hoje localizar-se-ia na Rua 20 entre as avenidas 19 e 21, um local denominado Lagoinha, devido a concentração de minas no mesmo local e ao proprietário do terreno ter formado um pequeno rego até a casa dele e, conseqüentemente, acabou servindo à população, que apelidou o local – propriedade de Joaquim e Quirino Vilela de Moraes – de “Lagoa do Neco” e que, devido à “impertinência do povo, principalmente na semana de festa religiosa, com dezenas de carros de boi estacionados próximos de sua casa, famílias cozinhando ao ar livre, e dormindo nos carros, mandou fazer um grande tanque para servir ao público”¹⁹.

Havia uma grande demanda desde a virada do século XX, e que foi sanada parcialmente e paliativamente, por obras improvisadas, como as supracitadas, ou como o tanque de abastecimento inaugurado em 1910, que atendia a uma parcela muito pequena da população, localizada na área central da cidade, os poços artesianos perfurados na década de 1950, até a construção da SAE, em 1973, que apresentaria uma solução definitiva nas décadas seguintes, comercializando água potável a 99% da população nos anos 2000²⁰.

Conclusões:

O processo de modernização de Ituiutaba iniciou na década de 1950 e trouxe novas configurações espaciais e sociais para a cidade, sobretudo em decorrência da construção da estação de tratamento e distribuição de água, a SAE, autarquia municipal encarregada de tal obra e do serviço a ser prestado posteriormente. Como visto o abastecimento de água foi um problema que desencadeou diferentes soluções ao longo do século XX na cidade. Esse processo foi marcado por características peculiares, como a previsão da instalação do necessário sistema de abastecimento, fazendo com que o crescimento urbano e seu modelamento fossem planejados, de modo a atentar-se para antes de qualquer obra definitiva, no caso o calçamento de vias e a construção de meios-fios, estivessem devidamente colocados

¹⁹ PAIVA, Hélio Benício de. “Antigas soluções tijucanas para o abastecimento de água”. O Centenário. Fundação Cultural de Ituiutaba. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Ed: Gráfica EGIL, 2001, p. 28.

²⁰ SILVA, Érico Moreira. Estudo de caso de melhoria da E.T.E.- Estação de Tratamento de Esgoto - de Ituiutaba-MG. Universidade Metodista de Piracicaba. Trabalho de Graduação de Integração. Santa Bárbara do Oeste, SP, 2002. P. 18.

ou concomitantemente instalados as redes de água, pluviais e de coleta de esgotos²¹. Além disso, a construção do mesmo determinou a extinção de diversas práticas sociais ao longo das décadas de 1950 e 1960, sobretudo nas áreas centrais, como a coleta de água em córregos e minas, o trato de animais no meio urbano e até mesmo a instalação de pessoas próximas à esses recursos.

Esse modelo de modernização urbana corresponde, em partes, ao apresentado no país, no que tange aos ideais de salubridade, de ordenação de áreas urbanas centrais e de expulsão dos pobres²². Ele não corresponde a outros, como a falta de planejamento, devido ao rápido crescimento populacional, em relação à outras cidades, como as capitais Rio de Janeiro e São Paulo²³ por se tratar de uma cidade que vivia de uma cultura agrícola e do comércio²⁴, tendo seu contingente distribuído estrategicamente em decorrência de sua urbanização ter ocorrido através, muitas vezes, da ocupação de terrenos mais afastados e da criação de “vilas” justamente por esses novos agentes, sobretudo no fim da década de 1970, com o arrefecimento da agricultura e o conseqüente êxodo rural²⁵. Assim, o deslocamento populacional e a retomada de terrenos municipais se aglomeraram justamente nos fins dos anos 1970, com novas obras na cidade, inaugurando uma nova etapa desse processo.

²¹ Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara municipal de Ituiutaba de 1948 a 1963. Câmara Municipal de Ituiutaba/MG; Câmara Municipal de Ituiutaba, Leis 299 a 352, de 1955.

²² ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. (2ª Ed.), 1997, SP: FAPESP/Studio Nobel. pp. 104-107; SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas*. Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Alameda, 2011. P. 166;

²³ A respeito do tema ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia da letras, 1996. pp.46-52; SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. pp. 41-43.

²⁴ OLIVEIRA, B. S. *Ituiutaba (MG) na rede urbana tijucana*: (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. Dissertação de mestrado – UFU – Uberlândia, 2003; YOKOMIZO, C. *Produtores, atacadistas e a comercialização do arroz e milho no município de Ituiutaba*. Triângulo, Minas Gerais, 1965 e 1966. Tese (pós-graduação) Universidade Rural do estado de Minas Gerais. Viçosa, Minas Gerais, 1967.

²⁵ OLIVEIRA, B. S. *Ituiutaba (MG) na rede urbana tijucana*: (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. Dissertação de mestrado – UFU – Uberlândia, 2003.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, Perry. *Modernidade e revolução*. In: Idem. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boi Tempo, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia da letras, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanesi, (Org.). *Fontes Históricas*. 2. Ed. São Paulo:Contexto, 2010.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, B. S. *Ituiutaba (MG) na rede urbana tijucana: (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000*. UFU – Uberlândia, 2003.

PAIVA, Hélio Benício de. “Antigas soluções tijucanas para o abastecimento de água”. O Centenário. Fundação Cultural de Ituiutaba. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Ed: Gráfica EGIL, 2001, Dr. Hélio Benício, p. 28.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

SÁVIO, Marco A. C. *A cidade e as máquinas: Bonde e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*. São Paulo: Annablume, 2010.

SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

SILVA, D. M. O. *Memória: Lembrança e esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960 . Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

SILVA, Érico Moreira. Estudo de caso de melhoria da E.T.E.- Estação de Tratamento de Esgoto - de Ituiutaba-MG. Universidade Metodista de Piracicaba. Trabalho de Graduação de Integração. Santa Bárbara do Oeste, SP, 2002.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. (2ª Ed.), 1997, SP: FAPESP/Studio Nobel.

YOKOMIZO, C. *Produtores, atacadistas e a comercialização do arroz e milho no município de Ituiutaba*. Triângulo, Minas Gerais, 1965 e 1966. Tese (pós-graduação) Universidade Rural do estado de Minas Gerais. Viçosa, Minas Gerais, 1967.

Fontes:

Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias da câmara Municipal de Ituiutaba, de 1901 a 1955.

Código de Posturas Municipal de 1955. Prefeitura Municipal de Ituiutaba.

<http://www.saeituiutaba.com.br/?sec=sae&pg=historico>. Acessado em 17/04/2013. 12:40h.

Lei N° 312 de 18 de março de 1955.

Revista “Ituiutaba Em Revista”. Ano 2, n. 2. 16 de setembro de 1969. Edição Comemorativa do 68º aniversário de Ituiutaba. Não há órgão editor responsável. Acervo da Biblioteca Municipal “Senador Camilo Chaves” – Itiutaba/MG.

Revista “O Centenário”. Fundação Cultural de Ituiutaba. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Ed: Gráfica EGIL, 2001. Acervo da Biblioteca Municipal “Senador Camilo Chaves” – Itiutaba/MG.